

Visão centralizadora penaliza RUP

JOÃO FILIPE PESTANA
jfp@dn.pt

No segundo dia de trabalhos da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP) da União Europeia (UE), em que participa em representação de Miguel Albuquerque, o secretário regional de Educação, Jorge Carvalho, voltou a considerar essencial que a UE continue a apostar na coesão como pilar fundamental do seu projecto.

“Não podemos comprometer o legado de Jacques Delors, colocando em risco o esforço de convergência das regiões europeias”, sustentou Jorge Carvalho, reforçando que a Política da Coesão não pode ser relegada para segundo plano em nome da competitividade global e da acção externa. “Trata-se de uma política estruturante, com impacto directo na vida dos cidadãos e na estabilidade social e económica da União Europeia”, defendeu.

Ficou assim marcada a posição de que a redução das disparidades regionais e a garantia de que todas as regiões, independentemente da sua localização, ou nível de desenvolvimento, devem beneficiar do progresso europeu, o que foi considerado “essencial para uma Europa que se quer mais equilibrada e inclusiva”.

Num plano mais concreto, Jorge Carvalho partilhou a visão segundo a qual a coerência das políticas europeias deve ser assegurada, garantindo que os investimentos em inovação, transição energética e digital-

zação devem beneficiar da mesma forma todas as regiões e não apenas os grandes centros urbanos ou as economias mais avançadas.

Neste contexto, a nova arquitectura apresentada para o próximo Quadro Financeiro foi considerada como factor de perturbação não só da importância da Política da Coesão, por introduzir uma visão centralizadora que ignora as especificidades e necessidades particulares das RUP.

“A Política da Coesão não é apenas um instrumento financeiro, é a vontade concreta de construir uma Europa que não deixe ninguém para trás, pelo que o enfraquecimento desta política, seja pela redução de fundos disponíveis, seja pela adopção de uma abordagem excessivamente centralizadora, seja pelo modelo a seguir, compromete a convergência entre regiões, agrava as desigualdades territoriais e ameaça a própria estabilidade do projecto europeu”, denunciou o governante madeirense.

Mecanismo de recuperação e resiliência não serve

De acordo com aquelas posições, o modelo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, foi tido como “inadequado”, nomeadamente por se tratar de uma estrutura centralizada, e orientada para reformas nacionais, o que fragiliza os princípios fundamentais de convergência territorial e da solidariedade europeia.

As condicionalidades rígidas e os

apresentada por Jorge Carvalho como um tópico fundamental para a política de coesão. Neste âmbito, foi igualmente enfatizada a importância dos instrumentos no âmbito da Política de Concorrência, concretamente dispositivos fiscais e aduaneiros adaptados às especificidades ultraperiféricas como é caso da Zona Franca da Madeira. No conjunto, as posições do secretário regional de Educação foram dimensionadas no âmbito da importância da defesa do Estatuto da Ultraperiferia e da sua diferencia-



A Madeira, através de Jorge Carvalho, deixou vários alertas e recomendações na Ilha da Reunião.

ALERTA DEIXADO PELA MADEIRA, NA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS RUP

prazos de execução extremamente apertados, que desconsideram as realidades de regiões como as nossas, foram apresentadas como causa de uma Europa a duas velocidades, onde algumas regiões prosperam enquanto outras ficam condenadas à estagnação.

“As RUP, situadas longe do centro geográfico da Europa, carecem de um compromisso sólido e contínuo de investimento, sob pena de o seu potencial ser desperdiçado, e o risco da marginalização aumentarem”, enfatizou Jorge Carvalho.

Ultraperiferias afirmam Europa

A sustentação das posições de Jorge Carvalho resulta da visão de que não é correcto olhar para as RUP atendendo apenas às suas vulnerabilidades. Os contributos das regiões, evidenciados na primeira sessão, foram assumidas de o ponto de vista das mesmas continuarem a necessitar de ferramentas concretas e eficazes que lhes permitam

enfrentar os desafios estruturais com que se deparam.

As transições ecológica e digital, por exemplo, exigem elevados custos para as RUP, que dependem decisivamente do transporte aéreo e marítimo para a mobilidade de bens e pessoas, sendo fundamental avaliar o impacto global de todas estas medidas nestas Regiões, nomeadamente as respeitantes ao pacote Fit for 55.

Neste sentido, defendeu Jorge Carvalho, “é muito importante que a regulamentação ambiental não agrave ainda mais a precária mobilidade e acessibilidade às RUP. Não faria sentido prejudicarmos a mobilidade e a nossa competitividade em função de regulamentação pouco realista nesta matéria”.

No que respeita à transição digital, o secretário regional de Educação declarou que “estamos diante de uma oportunidade histórica para uma maior inserção das RUP nos mercados mundiais, e fundamental para a diversificação das nossas economias que, no entanto, requer um adequado investimento tecnológico”.

Reforço do POSEI

Outra das dimensões abordadas pelo representante madeirense foi a necessidade de reforço do orçamento do POSEI. “Há uma necessidade de um reforço orçamental claro deste instrumento, que se tem revelado um apoio muito relevante para a actividade agrícola na Região Autónoma da Madeira; sublinha-se o desempenho geral muito positivo destes programas com uma grande eficácia e taxas de execução muito elevadas, tal como reconhecido pela Comissão Europeia”, declarou Jorge Carvalho.

Renovação da frota de pesca

O apoio financeiro à construção e renovação da frota de pesca artesanal das RUP no quadro do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP), de forma a evitar o acentuado envelhecimento da existente, foi considerada fundamental para a manutenção desta actividade, a qual é exercida de forma artesanal e respeitadora do ambiente. A existência de transportes aéreos e marítimos fiáveis e acessíveis, tanto no que se refere à mobilidade de pessoas como ao abastecimento de bens essenciais, também foi

ção face a outras realidades territoriais europeias. Em suma, “as características específicas das RUP deverão ser tidas em conta nas negociações relativas ao futuro Quadro Financeiro Plurianual, salvaguardando a devida aplicação do artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, de modo que nunca seja posta em causa a convergência entre as RUP e o resto da União”, disse o governante madeirense. Neste contexto, Jorge Carvalho defendeu um tratamento de conjunto para todas as Regiões Ultraperifé-

ricas, e a sua inclusão automática no grupo das “regiões menos desenvolvidas” da Política da Coesão da Política Agrícola Comum, independentemente do PIB per capita, ser ou não inferior a 75% da média do PIB da União. Esta medida foi apresentada como determinante para que, a estas Regiões mais vulneráveis, isoladas, e afastadas do centro europeu, seja dada uma chance de poderem desenvolver de uma forma mais sustentada e consistente, sem a ameaça constante de uma regressão económica.

EM FOCO